



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
NA CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE A DEMOCRACIA NA EUROPA,
ORGANIZADA NO ÂMBITO DA DIMENSÃO PARLAMENTAR DA PRESIDÊNCIA
SUECA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA**

Estocolmo, 18 e 19 de junho de 2023

Delegação:

- Deputada Edite Estrela (PS) – Comissão de Assuntos Europeus – Chefe de Delegação;
- Deputado Pedro Delgado Alves (PS) – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- Deputada Mónica Quintela (PSD - Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- Tiago Moreira de Sá (PSD) – Comissão de Assuntos Europeus.

A assessoria foi prestada por Ricardo Pita, Assessor da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Nos dias 18 e 19 de junho de 2023, foi realizada uma [conferência interparlamentar](#) no Riksdag¹ sobre a democracia na Europa. O objetivo da conferência era oferecer aos membros dos parlamentos nacionais uma oportunidade para discutir como podiam ajudar a salvaguardar e reforçar a democracia e o Estado de direito na Europa. A conferência foi realizada no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência Sueca do Conselho da União Europeia. O Comité Riksdag sobre a Constituição organizou a conferência, tendo nela participado cerca de uma centena de membros e funcionários de delegações de diferentes parlamentos da Europa. A conferência iniciou-se com um jantar em Skansen a 18 de junho e continuou no dia seguinte na antiga Segunda Câmara do Riksdag. A parte da conferência que decorreu no Edifício Riksdag foi dividida nas seguintes sessões:

¹ Parlamento da Suécia.



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

- A importância de salvaguardar o diálogo democrático e a importância dos parlamentos.
- Troca de opiniões sobre o tema discutido na sessão anterior.
- A importância de salvaguardar a independência dos tribunais e a confiança nas instituições sociais.

A conferência foi aberta com discursos do **Parlamento da Suécia, Andreas Norlén**, e do **Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Michal Šimečka**. O Presidente enfatizou a importância da União Europeia para a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito. Realçou também que os membros dos parlamentos precisam de defender a cultura política e como o acordo sobre questões processuais permitiria políticas construtivas.

O Vice-Presidente afirmou no seu discurso que a última década tinha sido de crise para a democracia e o Estado de direito e salientou que o Parlamento Europeu estava muito empenhado naquela questão, por exemplo através dos relatórios sobre o Estado de direito e que existiam mecanismos em vigor para lidar com as infrações, tais como o regulamento de condicionalidade.

Sessão I, parte I - A importância de salvaguardar o diálogo democrático e a importância dos parlamentos

A Sessão I foi apresentada pela **Presidente da Comissão da Constituição, Ida Karkiainen**.

Seguiu-se um discurso de **Johannes Lindvall, professor de ciência política na Universidade de Gotemburgo**, cuja apresentação se centrou no extremar da polarização política e na medida em que tal constituía uma ameaça à democracia. Afirmou que a função central dos parlamentos seria transformar os conflitos, de lutas em debates. Enfatizou o facto de que se deve separar os conflitos sobre políticas, onde



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

as opiniões podem divergir, dos conflitos sobre as próprias regras, onde deveria haver consenso.

Seguidamente, usou da palavra **Sara Hagemann, professora de ciência política na Universidade de Copenhaga**, cuja intervenção se centrou nas três vertentes do parlamento enquanto fórum do debate democrático. Em primeiro lugar, observou que as regras eleitorais e as organizações dos parlamentos eram importantes para o diálogo democrático, tanto a nível nacional como no estrangeiro, e que diferentes sistemas políticos tinham diferentes culturas políticas. Em segundo lugar, salientou a importância das comissões parlamentares na promoção do diálogo democrático. Em terceiro lugar, afirmou que a melhor forma de conseguir a responsabilização no parlamento é através de uma combinação de escrutínio e diálogo. Terminou a sua intervenção, sublinhando que, embora as decisões estivessem concentradas nos governos em tempos de crise, a tomada de decisões deveria continuar a ser responsável.

A sessão continuou com reflexões de um painel de Deputados e ex-Deputados, moderado por Cecilia Garne.

Astrid Thors, vice-presidente da Internacional Liberal e ex-membro do parlamento finlandês e do Parlamento Europeu, destacou três elementos: primeiro, a importância de declarar conflitos de interesses; segundo, a interação entre os parlamentos e os meios de comunicação social; e terceiro, como a confiança nas instituições públicas pode ser aumentada. Por último, observou que as mulheres tinham menos probabilidades do que os homens de permanecer na política e instou os participantes a apoiarem as mulheres que eram atacadas por serem representantes políticas, jornalistas ou investigadoras.

Posteriormente, interveio **Reinhold Lopatka, membro do Conselho Nacional da Áustria e Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa**, cujo discurso se focou em dois temas: confiança e respeito. Afirmou que havia falta de confiança e que uma forma de alterar essa situação seria envolver os cidadãos nos processos políticos, por exemplo através de referendos. Observou também que todos



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

os partidos eleitos deviam ser respeitados e incluídos em todos os aspetos do trabalho parlamentar, porquanto defendeu ser perigoso ter um pária político no parlamento.

Björn von Sydow, antigo presidente e membro do parlamento sueco, seguiu com um discurso centrado na distinção entre especialistas e políticos – enquanto os primeiros procuravam a verdade, os últimos lidavam com exigências e prioridades. Observou também a necessidade de fóruns onde essas duas categorias pudessem interagir, como debates que incluíssem especialistas e políticos.

Sessão I, parte II - Troca de opiniões sobre o tema discutido na sessão anterior

Durante a segunda parte da Sessão I, foram trocadas opiniões sobre os temas discutidos durante a primeira parte, sob moderação de Cecilia Garne. Nesse período, os representantes dos parlamentos tiveram a oportunidade de expressar sua opinião sobre os temas discutidos. Vários participantes mencionaram a questão do envolvimento público em processos políticos, tais como referendos ou conselhos de cidadãos nos parlamentos. Observou-se, no entanto, que esses esforços para aumentar a confiança do público nas instituições também deviam produzir resultados. Vários participantes também levantaram a questão da fiabilidade das novas plataformas tecnológicas destinadas a aumentar o envolvimento dos cidadãos na política. Concomitantemente, foram abordadas as preocupações sobre a capacidade de tais plataformas permitirem uma participação igualitária.

Nesse período, entrevistaram a Senhora Deputada Edite Estrela (PS) e o Senhor Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD), que o fizeram, em língua inglesa, nos seguintes termos²:

Deputada Edite Estrela (PS)

Caros Colegas,

A globalização promoveu uma nova era de prosperidade económica e desenvolvimento tecnológico que retirou milhões de pessoas da pobreza. No entanto,

² Tradução livre



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

a ideia de que interdependências complexas entre nações acabariam por enfraquecer e isolar governos autoritários há muito tempo se revelou estar errada.

Os governos autoritários demonstraram ao longo do tempo que podem prosperar num mundo globalizado, explorando as cadeias de abastecimento para causar dificuldades económicas e utilizando a guerra da informação e a desinformação para minar a confiança pública nas instituições democráticas.

Nesse sentido, quero deixar uma questão, porque a guerra voltou, mais uma vez, ao continente europeu. Num tempo em que reina a violência, as desigualdades estão a aumentar, as políticas estão polarizadas e os governos são confrontados com as alterações climáticas, a pandemia e o crescimento das novas tecnologias é pertinente perguntar: Pode a democracia alcançar a paz?

Muito obrigada.

Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD)

Bom dia a todos,

Quando falamos de democracia na Europa atualmente, temos de ter em conta que estamos em guerra. A Rússia ameaça a democracia de forma traiçoeira como se vê todos os dias nos campos ensanguentados da Ucrânia. Quando falamos de democracia atualmente, a coisa mais importante a fazer é continuar a apoiar a Ucrânia sem hesitações. Devemos apoiar a Ucrânia com diplomacia e dinheiro, mas, acima de tudo, devemos dar apoio militar à Ucrânia, incluindo tanques e aviões. E precisamos de ir mais longe, devemos apoiar sem hesitação a admissão da Ucrânia na União Europeia. A Ucrânia é Europa. Como nos disse George Steiner, num momento inspirador, a Europa vai desde o café de Fernando Pessoa, a Brasileira, em Lisboa, até aos cafés dos gangsters de Isaac Babel, em Odessa. Também devemos considerar manter a porta da NATO aberta à Ucrânia para quando o momento e as condições corretas forem alcançados. A anterior arquitetura da segurança e defesa na Europa foi destruída pelos tanques e pela artilharia russa. Como sabem aqui na Suécia, assim não é possível neutralidade ou zonas tampão. Precisamos de uma



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

nova ordem europeia e a Ucrânia deve fazer parte dela. Como quase há um século atrás, a pacificação não é possível. Se desistirmos de lutar pela democracia na Ucrânia em nome de uma falsa sensação de segurança, acabaremos sem segurança e sem democracia!

Muito obrigado

Num discurso final, o **Presidente Andreas Norlén** destacou a distinção entre democracia direta e democracia representativa. Afirmou também que havia benefícios em ter cidadãos envolvidos na política através de partidos, em vez de diretamente com instituições políticas.

A **Presidente da Comissão da Constituição, Ida Karkiainen**, concluiu então a Sessão I, afirmando que os acontecimentos no mundo durante a última década demonstravam que era necessário conquistar a democracia diariamente. A propósito do envolvimento dos jovens na política, observou que na Suécia os alunos das escolas eram regularmente convidados a visitar o Riksdag e a encontrar-se com os membros do parlamento. Por último, abordou a necessidade de colmatar o fosso entre cidadãos e políticos, bem como de neutralizar as forças políticas e os Estados que procuravam diminuir a confiança e diminuir a democracia europeia.

Sessão II - A importância de salvaguardar a independência dos tribunais e a confiança nas instituições sociais

A Sessão II foi sobre a importância de salvaguardar a independência dos tribunais e a confiança nas instituições sociais e foi liderada pelo **Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Erik Ottoson**.

O primeiro discurso foi proferido por **Jessika Roswall, Ministra sueca dos Assuntos Europeus**, que observou que o Estado de direito e a independência do poder judicial eram cruciais para a confiança e sublinhou que essas estavam entre as prioridades da Presidência Sueca. Defendeu um amplo consenso quando a reforma constitucional for



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

realizada. Por último, afirmou que a União Europeia devia agir, por exemplo através do regulamento de condicionalidade, quando os Estados-Membros desafiassem os valores democráticos fundamentais.

Seguiu-se um discurso de **Didier Reynders, Comissário da Justiça, da Comissão Europeia**, que começou por afirmar que os valores fundamentais estabelecidos no artigo 2.º do Tratado da União Europeia estavam a ser cada vez mais desafiados. Em seguida, sublinhou que a Comissão desenvolveu uma política forte em matéria de Estado de direito, utilizando, entre outras coisas, os relatórios anuais sobre o Estado de direito, sendo que o objetivo desses relatórios era detetar problemas numa fase inicial e evitar que se deteriorassem.

Reynders concluiu afirmando que a perceção do público em geral era importante e que, para promover uma ordem baseada em regras a nível nacional, a União Europeia também precisava de cumprir os seus objetivos a nível interno para permanecer credível.

O orador seguinte foi **Thomas Bull, juiz do Supremo Tribunal de Administração da Suécia**, cujo discurso se centrou na importância da cultura política e jurídica na proteção do Estado de direito e na independência do poder judicial. Afirmou que os juízes deviam mostrar moderação quando se tratasse de expressar publicamente opiniões sobre questões políticas.

O último orador da sessão foi **Herdís Kjerulf Thorgeirsdóttir, Vice-Presidente da Comissão Europeia para a Democracia através do Direito (Comissão de Veneza)**, que argumentou que a participação dos cidadãos era crucial para defender o Estado de direito e a independência do poder judicial. Afirmou que a propriedade concentrada dos meios de comunicação social significava que existia um monopólio na formação da opinião pública com muito poder mas pouca responsabilização pública. Concluiu, afirmando que um objetivo fundamental seria alcançar liberdade de expressão e debate político robusto no ambiente digital.



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Seguiu-se uma troca de opiniões, em que os convidados tiveram a oportunidade de expressar as suas opiniões e colocar questões ao painel de oradores. Os tópicos discutidos incluíram o problema da desinformação, a regulamentação da condicionalidade e a transparência na nomeação de juízes.

No discurso final, o **Vice-Presidente da Comissão da Constituição, Erik Ottoson**, agradeceu aos participantes na conferência e afirmou que os parlamentos tinham um papel importante no equilíbrio e na ponderação de diferentes perspetivas, no interesse de uma democracia vital e viva. Concluiu, afirmando que a proteção cultural da democracia será provavelmente mais forte do que qualquer proteção constitucional.

Assembleia da República, 27 de dezembro de 2023

A Chefe de Delegação da Assembleia da República,

(Deputada Edite Estrela)

Membro da Comissão de Assuntos Europeus